

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO – META FISCAL QUADRIMESTRAL
1º QUADRIMESTRE DE 2010

Senhores Ministros,

1. O presente documento foi preparado com vistas ao cumprimento do § 4º do art. 9º da **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais quadrimestrais, em audiência pública, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.
2. Além disso, de acordo com o art. 129 da **Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009** – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2010), que orientou a elaboração da proposta orçamentária para 2010, o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional, no prazo de até três dias antes da referida audiência, ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação de medidas corretivas adotadas.
3. Cumpre destacar, inicialmente, que a meta de superávit primário para o setor público consolidado não-financeiro, estabelecida na LDO-2010, foi fixada em 3,30% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2010, conforme disposto no Anexo IV.1 – Anexo de Metas Fiscais Anuais. Naquela oportunidade, a meta de superávit primário do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) para o exercício de 2010 foi estabelecida em 2,15% do PIB, o equivalente, à época, a R\$ 72,6 bilhões. A meta para as Empresas Estatais Federais, por sua vez, foi estabelecida em 0,20% do PIB (R\$ 6,8 bilhões). Assim, o esforço do Governo Federal em 2010 (Governo Central mais Empresas Estatais Federais) estava traduzido em um superávit primário de 2,35% do PIB, o equivalente a R\$ 79,4 bilhões (Tabela 1).
4. O art. 3º da LDO-2010 previu a possibilidade de redução da meta do Governo Federal, até o montante de R\$ 22,5 bilhões, para atendimento das despesas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Adicionalmente, nos termos dos incisos I e II, § 1º, deste artigo, poderão ser acrescidos os pagamentos de restos a pagar do Programa inscritos em exercícios anteriores e o excesso de meta de superávit primário apurado no exercício de 2009, para fins de abatimento da meta de resultado. Em seu § 2º, foi estabelecido que esse excesso de meta fosse demonstrado no primeiro relatório de avaliação bimestral de 2010. Posteriormente, a **Lei nº 12.182, de 29 de dezembro de 2009**, ampliou o limite de pagamentos no âmbito do PAC para R\$ 29,8 bilhões, citado no *caput* do art. 3º.
5. Posteriormente, a **Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010** (Lei Orçamentária Anual – LOA-2010) atualizou a meta de superávit primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para R\$ 71,8 bilhões.

Assinatura



TESOURO NACIONAL

TABELA 1 - METAS DO SETOR PÚBLICO EM 2010

ABRANGÊNCIA	LDO 2010		LOA 2010, Dec. 7.094/10 ¹		Dec. 7.144/10		Reavaliação 2º Bimestre	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO	111,4	3,30	109,7	3,30	113,9	3,30	115,1	3,30
Governo Federal	79,4	2,35	78,5	2,36	81,1	2,35	81,9	2,35
- Governo Central	72,6	2,15	71,8	2,16	74,2	2,15	75,0	2,15
- Estatais Federais	6,8	0,20	6,7	0,20	6,9	0,20	7,0	0,20
Memo:								
PAC conforme Decretos de Programação ²	29,8	0,88	29,8	0,90	33,6	0,97	33,6	0,96
Meta para fins de cumprimento da LDO 2010	49,6	1,47	48,7	1,46	47,6	1,38	48,4	1,39
PIB Nominal (R\$ milhões)	3.377.232		3.325.466		3.451.591		3.486.860	

Elaboração: STN/MF

¹ O valor do PIB Nominal para 2010 constante da LOA 2010 foi estimado pelo Congresso Nacional. O Decreto 7.094/2010 adotou a mesma estimativa da LOA.

² Ações selecionadas nos termos do art. 3º da Lei nº 12.017, de 2009 (PAC), e alteração introduzida pela Lei nº 12.182, de 29 de dezembro de 2009 (PAC). A partir do Decreto nº 7.144, é acrescida a estimativa do pagamento de Restos a Pagar das despesas do PAC inscritas em anos anteriores, conforme previsto no inciso I, § 1º do art. 3º da LDO-2010.

6. Em atendimento ao disposto nos arts. 8º e 13 da LRF, e nos termos do art. 69 da LDO-2010, o **Decreto nº 7.094, de 03 de fevereiro de 2010**, estabeleceu o cronograma de desembolsos mensais e os limites para movimentação e empenho das dotações orçamentárias dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da LOA-2010. No mesmo Decreto foram estabelecidas as metas quadrimestrais para o resultado primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e das Empresas Estatais Federais, bem como as previsões bimestrais de receita.

7. Concluído o primeiro bimestre, procedeu-se em março a reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, conforme art. 70 da LDO-2010, a partir dos dados realizados até o mês de fevereiro, e dos parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente. A previsão de crescimento real do PIB foi elevada de 5,0% para 5,2% enquanto a variação acumulada da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA aumentou de 4,5% para 5,0%, ainda em linha com a meta de inflação vigente e reflexo do comportamento deste indicador nos primeiros meses do ano.

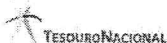


TABELA 2 - PARÂMETROS MACROECONÔMICOS

Período	Inflação - IGPD		Inflação - IPCA		Câmbio médio R\$/US\$	PIB			SELIC MÉDIA a.a.		PETRÓLEO BRENT	
	Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.		R\$ milhões	Variação Real	Deflator	Nominal	Real (IPCA)	US\$/bbl Média	Var. Média
PLDO 2010 - Parâmetro de 12.03.2009	4,74%	4,50%	4,45%	4,50%	2,28	3.377.231,9	4,50%	4,52%	10,21%	5,40%	56,96	10,60%
PLQA 2010 - Parâmetro de 12.09.2009	4,62%	4,50%	4,40%	4,33%	2,01	3.326.525,0	4,51%	4,40%	8,71%	4,20%	77,55	31,58%
LOA 2010 - Dec. 7.094/2010 - Parâmetro 12.11.2009	3,49%	4,50%	4,42%	4,45%	1,72	3.325.485,5	5,00%	4,19%	9,18%	4,53%	78,30	30,30%
Dec. 7.144/2009 - Parâmetro 15.03.2010	3,21%	5,31%	4,83%	4,98%	1,82	3.451.590,9	5,16%	4,43%	8,70%	3,53%	77,10	27,32%
Reavaliação 2º Bimestre - Parâmetro 11.05.2010	4,08%	6,14%	5,21%	5,50%	1,76	3.486.860,2	5,50%	5,16%	9,19%	3,50%	80,47	32,54%

Fonte: SPE, Subseção, STN/Casaf

Assinatura

8. No primeiro relatório bimestral, foi considerado o valor de R\$ 3,8 bilhões referente aos créditos extraordinários do PAC abertos em exercícios anteriores. De acordo com o inciso I, § 1º, do art. 3º da LDO-2010, este montante poderá ser acrescido às despesas do PAC (R\$ 29,8 bi) para fins de abatimento da meta fiscal de 2010. Além disso, nos termos do § 2º, do art. 3º da LDO-2010, foi demonstrado no relatório de reavaliação do 1º bimestre de 2010 o cálculo do excesso de meta de superávit primário apurado no exercício de 2009 para o Governo Central, no montante de R\$ 9,8 bilhões.

9. No tocante às estimativas de receita líquida de transferências a Estados e Municípios, exceto contribuições ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, verificou-se uma redução da ordem de R\$ 17,8 bilhões em relação àquela prevista na LOA-2010, combinação de uma redução de R\$ 23,0 bilhões da receita primária total, excluindo RGPS, e de um conseqüente decréscimo das Transferências para Estados e Municípios, de R\$ 5,2 bilhões.

10. No que tange às receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB/MF, exceto RGPS, esta primeira reavaliação apontou para uma redução de R\$ 28,1 bilhões. As maiores contribuições para tal decréscimo foram a queda das projeções para a arrecadação de Imposto de Renda (R\$ 13,0 bilhões), da Cofins (R\$ 12,9 bilhões) e da CSLL (R\$ 8,4 bilhões). Em sentido oposto, foram projetadas elevações para as arrecadações de Outras Receitas Administradas pela RFB/MF (R\$ 6,9 bilhões) e do Imposto de Importação (R\$ 2,3 bilhões).

11. Em relação às receitas primárias não-administradas pela RFB/MF, exclusive RGPS, projetou-se na reavaliação do primeiro bimestre um acréscimo de R\$ 5,4 bilhões em relação à LOA-2010. Contribuíram de forma mais significativa para tal elevação as arrecadações de Dividendos (R\$ 3,0 bilhões), Demais Receitas (R\$ 1,7 bilhão) e Concessões (R\$ 648,3 milhões).

12. Relativo às despesas primárias de execução obrigatória, exceto pagamentos do RGPS, a reavaliação do primeiro bimestre apontou uma elevação no montante de R\$ 1,4 bilhão, resultado, sobretudo, do aumento nas despesas com os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) (R\$ 1,2 bilhão), com a Fabricação de Cédulas e Moedas (R\$ 1,0 bilhão) e com o Apoio Financeiro aos Estados e Municípios (R\$ 516,6 milhões). Movimento oposto foi verificado nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 1,4 bilhão), conseqüência da reprogramação de despesa fundamentada em dados de janeiro e fevereiro relativos à execução da folha de pagamentos.

13. No que concerne às projeções para o RGPS, a primeira reavaliação apontou para um aumento do déficit deste regime, da ordem de R\$ 4,0 bilhões. Ainda que se tenha projetado um aumento de R\$ 635,3 milhões na arrecadação líquida, esta não foi suficiente para compensar o aumento de R\$ 4,6 bilhões na projeção para o pagamento de benefícios previdenciários, incluindo os referentes a Precatórios e Sentenças Judiciais.

14. Ainda no relatório de avaliação do primeiro bimestre, foi revista para cima a estimativa do valor nominal do PIB, que alcançou R\$ 3.451,6 bilhões. Em decorrência, a meta do Governo Federal para o ano, em termos nominais, foi majorada para R\$ 81,1 bilhões (2,35% do PIB), dos quais R\$ 74,2 bilhões (2,15% do PIB) para o Governo Central e R\$ 6,9 bilhões (0,20% do PIB) para as Empresas Estatais Federais.

15. Diante da combinação dos fatores citados acima, foi recomendada a limitação das despesas discricionárias em R\$ 21,8 bilhões, a fim de assegurar o cumprimento da meta anual de superávit primário. Deste montante, o Poder Executivo foi responsável pela limitação de R\$ 21,5 bilhões enquanto o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Ministério Público da União foram responsáveis, em conjunto, por R\$ 346,0 milhões. No âmbito do Poder Executivo, essa orientação foi implementada por meio do Decreto nº 7.144, de 30 de março de 2010.

16. Este Decreto estabeleceu ainda as metas quadrimestrais, sendo que a meta de resultado primário até abril para o Governo Central foi definida em R\$ 18,0 bilhões e a das Empresas Estatais Federais em R\$ 1,0 bilhão.

17. Em maio, foi enviado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional o relatório de avaliação do segundo bimestre, conforme art. 70 da LDO-2010. Fundamentado nos dados realizados até o mês de abril e na atualização dos parâmetros macroeconômicos, o relatório apontou para a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira no montante de R\$ 7,6 bilhões das despesas discricionárias, em relação à primeira avaliação bimestral.



TABELA 3 - RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2010

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2010		Dec. 7.094/10		Dec. 7.144/10		Reavaliação 2º Bimestre	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
1. RECEITA TOTAL	669,6	20,13	669,6	20,13	646,5	18,73	637,1	18,46
1.1 Administrada pela SRF /1	567,8	16,77	567,8	16,77	529,2	16,33	526,3	15,25
1.2 Receitas Não Administradas	109,7	3,30	109,7	3,30	115,1	3,33	108,6	3,15
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	2,3	0,07	2,3	0,07	2,3	0,07	2,3	0,07
2. TRANSF. A EST. E MUNIC.	143,9	4,33	143,9	4,33	138,7	4,02	138,5	4,01
2.1 FPE/FFPM/PI Est. Exp.	113,3	3,41	113,3	3,41	108,4	3,14	108,2	3,14
2.2 Demais	30,6	0,92	30,6	0,92	30,3	0,86	30,3	0,86
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	525,6	15,81	525,6	15,81	507,9	14,71	498,6	14,45
4. DESPESAS	440,3	13,24	440,3	13,24	420,0	12,17	409,9	11,88
4.1 Pessoal	169,0	5,08	169,0	5,08	167,6	4,85	166,1	4,81
4.2 Outras Correntes e de Capital	271,4	8,16	271,4	8,16	252,4	7,31	243,8	7,06
4.2.1 Não-Discricionárias	74,6	2,24	74,6	2,24	76,7	2,22	78,8	2,28
4.2.2 Discricionárias - Todos os Poderes	194,5	5,85	194,5	5,85	173,4	5,02	162,6	4,72
4.2.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	2,3	0,07	2,3	0,07	2,3	0,07	2,3	0,07
5. RESULTADO DO TESOURO (3 - 4)	85,3	2,57	85,3	2,57	87,9	2,55	88,7	2,57
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1 - 6.2)	-43,3	-1,30	-43,3	-1,30	-47,3	-1,37	-47,3	-1,37
6.1 Aposentação Líquida INSS	204,3	6,14	204,3	6,14	205,0	5,94	205,0	5,94
6.2 Benefícios da Previdência	247,6	7,45	247,6	7,45	252,2	7,31	252,3	7,31
7. AJUSTE METODOLÓGICO - ITAIPU /2	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA /3	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6+7+8) /4	42,0	1,26	42,0	1,26	40,7	1,16	41,4	1,20
10. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS/4	6,7	0,20	6,7	0,20	6,9	0,20	7,0	0,20
11. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (9+10)	48,7	1,46	48,7	1,46	47,6	1,36	48,4	1,40
12. AÇÕES SELEC. NOS TERMOS DO ART.3º DA LEI Nº 12.017/2009/5	29,8	0,90	29,8	0,90	33,6	0,97	33,6	0,97
13. RESULTADO PRIMÁRIO PARA FINS CUMPRIMENTO LDO 2010 (11+12)	78,5	2,36	78,5	2,36	81,1	2,35	81,9	2,37

Elaboração: STN/MP

/1 Receita Administrada líquida de restituições e impenhos fiscais.

/2 Recursos referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

/3 Diferença entre o primário apurado pelo Banco Central e o primário apurado pela STN (excluído Itaipu)

/4 Realização fonte: Banco Central

/5 Redação alterada pela Lei nº 12.162, de 26 de dezembro de 2009

18. No que concerne aos parâmetros macroeconômicos, destaque para a revisão da projeção de crescimento do PIB, que passou de 5,2% para 5,5%, bem como dos indicadores de inflação, que no caso do IPCA passou de 5,0% para 5,5% e no caso do IGP-DI passou de 5,91% para 9,14%. O reflexo deste cenário para o comportamento do nível de preços foi um aumento de 0,5 ponto percentual na expectativa para a média da Taxa Over – Selic, que passou de 8,70% ao ano para 9,19%.

19. Em relação às estimativas da receita líquida de transferências a Estados e Municípios, exceto contribuições ao RGPS, foi prevista uma redução de R\$ 9,2 bilhões em relação à avaliação do primeiro bimestre. Tal montante é resultado da combinação da expectativa de redução da receita primária total em R\$ 9,4 bilhões e da conseqüente redução das Transferências a Estados e Municípios, de R\$ 148,5 milhões.

20. No que tange às receitas administradas pela RFB/MF, observou-se uma frustração de R\$ 2,9 bilhões no segundo bimestre em relação ao esperado na avaliação do primeiro bimestre. Não obstante o desempenho do segundo bimestre, a projeção para o período de maio a dezembro de 2010 foi mantida de acordo com a estimada no relatório do primeiro bimestre.

21. Para as receitas não-administradas pela RFB/MF, o relatório do segundo bimestre apontou para uma redução de R\$ 6,5 bilhões nas projeções para o ano, provenientes dos decréscimos em Demais Receitas (R\$ 3,5 bilhões) e em Dividendos (R\$ 3,0 bilhões).

22. No que concerne às despesas primárias de execução obrigatória, exceto as despesas do RGPS, projetou-se uma redução de R\$ 2,4 bilhões. Contribuíram para tal decréscimo as projeções para as despesas nas rubricas de Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 1,5 bilhão), de Subsídios (R\$ 1,4 bilhão) e dos Fundos FDA e FDNE (R\$ 337,1 milhões). Em sentido contrário, reportou-se um aumento de Apoio Financeiro aos Estados e Municípios (R\$ 800,0 milhões) para compensar a queda do montante repassado aos Estados e ao Distrito Federal por meio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, em 2009, em relação a 2008, devido aos reflexos da crise financeira internacional, conforme previsto na **Medida Provisória nº 485, de 30 de março de 2010**.

23. Em relação ao resultado do RGPS, o relatório do segundo bimestre apontou para uma pequena alteração em relação ao previsto na primeira avaliação, decorrente de um aumento da expectativa dos desembolsos com sentenças judiciais de benefícios previdenciários, de R\$ 31,0 milhões. A projeção para o ano é de um déficit de R\$ 47,3 bilhões.

24. Em decorrência da revisão do valor nominal do PIB, a meta do Governo Federal para o ano, em termos nominais, foi ampliada para R\$ 81,9 bilhões (2,35% do PIB), dos quais R\$ 75,0 bilhões (2,15% do PIB) para o Governo Central e R\$ 7,0 bilhões (0,20% do PIB) para as Empresas Estatais Federais.

25. A seguir, apresenta-se a avaliação do cumprimento da meta de resultado primário do primeiro quadrimestre de 2010 para o conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (Governo Central) e das Empresas Estatais Federais. Apresentam-se também as justificativas dos principais desvios observados nas receitas e nas despesas, em relação ao que o Poder Executivo previa na ocasião da divulgação das metas do Decreto nº 7.144, de 2010.

26. Ao final, nos anexos a este relatório, apresentam-se informações para cumprimento do disposto no § 1º do art. 129 da LDO-2010. No anexo 1, os parâmetros constantes do inciso XXV do Anexo III da LDO-2010, esperados e efetivamente observados, para o quadrimestre e para o ano. No anexo 2, o estoque e o serviço da dívida pública federal, comparando a observada ao final de cada quadrimestre com a do início do exercício e a do final do quadrimestre anterior. No anexo 3, o resultado primário obtido no quadrimestre, discriminando, em milhões de reais, receitas e despesas, obrigatórias e discricionárias, no mesmo formato da previsão atualizada para todo o exercício. No anexo 4, a demonstração do cumprimento do art. 14 da LRF, especificando as medidas de compensação implementadas no quadrimestre analisado.

1º QUADRIMESTRE DE 2010
CUMPRIMENTO DA META FISCAL

27. A meta de resultado primário do Governo Federal estabelecida no Decreto nº 7.144, de 2010, para o primeiro quadrimestre de 2009 foi de R\$ 19,0 bilhões, dos quais R\$ 18,0 bilhões relativos ao Governo Central e R\$ 1,0 bilhão para as Empresas Estatais Federais. O artigo 3º da LDO-2010 possibilita a redução desta meta no montante correspondente às despesas realizadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sendo que o previsto para este quadrimestre, de acordo com aquele Decreto, era de R\$ 5,2 bilhões, dentre os pagamentos das ações previstas na LOA-2010 e dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

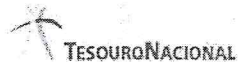


TABELA 4 - COMPARATIVO METAS VERSUS REALIZADO DO GOVERNO FEDERAL 2010
Decreto de Programação Financeira 7.144/2010

INDICADORES	Metas Jan-Abr Dec. 7.144 [A]	Realizado Jan-Abr [B] ¹	R\$ milhões	
			Desvio	
			[B]-[A]	[B]/[A] %
1. RECEITA TOTAL	207.917	211.135	3.218	1,5%
1.1 Receita Administrada pela RFB/MF ²	177.322	174.420	-2.902	-1,6%
1.2 Receitas Não-Administradas RFB/MF	30.077	35.622	5.545	18,1%
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	518	893	375	72,4%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	41.906	41.478	-428	-1,0%
2.1 FPE/PPM/IP-EE	32.636	32.285	-351	-1,1%
2.2 Demais	9.070	9.193	123	1,4%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	166.011	169.657	3.646	2,2%
4. DESPESAS	134.623	127.731	-6.891	-5,1%
4.1 Pessoal e Encargos Sociais	54.957	54.126	-831	-1,5%
4.2 Outras Despesas Correntes e de Capital	79.666	73.606	-6.060	-7,6%
4.2.1 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	518	893	375	72,4%
4.2.2 Não-Discrecionárias	27.383	25.156	-2.227	-8,1%
4.2.3 Discrecionárias - Todos os Poderes	51.765	47.556	-4.208	-8,1%
5. RESULTADO DO TESOUREIRO (3-4)	31.388	41.926	10.537	33,6%
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (5.1-6.2)	-18.564	(17.228)	1.336	-7,3%
6.1 Apreciação Líquida INSS	60.047	61.496	1.450	2,4%
6.2 Benefícios da Previdência	78.631	78.724	93	0,1%
7. Ajuste Metodológico - Itaipu³	-	220	220	-
8. Divergência Estatística⁴	-	535	535	-
9. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (5+6+7+8)/5	12.605	25.453	12.848	98,8%
10. AÇÕES SELECIONADAS NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI Nº 12.817, DE 2009 (PAC)⁵/6	5.195	5.379	183	3,5%
11. META E RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL⁷/7	18.000	25.453	7.453	41,4%
12. RESULTADO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS⁸/5	1.042	-2.657	-3.699	-355,1%
13. META E RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (11+12)/7	19.042	22.795	3.754	19,7%
14. META PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA LDO 2009 E RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL	13.663	22.795	9.132	66,8%
Memo:				
Meta Resultado primário com ajuste metodológico - Itaipu ³	13.663	22.795	9.132	66,8%
- Governo Central (menos "ajuste metodológico - Itaipu")	12.621	25.233	12.612	99,9%
- Estatais Federais (mais "ajuste metodológico - Itaipu")	1.042	-2.438	-3.480	-334,0%

Elaboração: STNMF

1 Realizado fontes: STNMF e Banco Central.

2 Receita Administrada líquida de restituições e incentivos fiscais.

3 Recursos referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

4 Diferença entre o primário apurado pelo Banco Central e o primário apurado pela STN (excluído Itaipu).

5 Realizado fonte: Banco Central.

6 Redação alterada pela Lei n. 12.162, de 29 de dezembro de 2009.

7 Meta considerando a possibilidade de abatimento do PAC a critério do Poder Executivo, conforme previsto no art. 3º da LDO 2010.

Obs: Tesouro inclui resultado do Banco Central e operações do FGTS previstas na Lei Complementar 110/2001.

28. O superávit primário obtido pelo Governo Federal no primeiro quadrimestre de 2010 foi de R\$ 22,8 bilhões superando, portanto, em R\$ 3,8 bilhões a meta estabelecida, sem a necessidade de apropriação de nenhum dos mecanismos de abatimento da meta fiscal previstos na legislação.

29. O resultado referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (Governo Central) foi superavitário em R\$ 25,5 bilhões enquanto que o resultado referente ao Programa de Dispêndios Globais (Empresas Estatais Federais) foi deficitário em R\$ 2,7 bilhões. As despesas do PAC realizadas no período totalizaram R\$ 5,4 bilhões, montante este ligeiramente superior ao previsto no Decreto nº 7.144, de 2010.

30. A Tabela 4 anterior apresenta o detalhamento do resultado obtido no período, em comparação ao disposto nos anexos VII e VIII do Decreto nº 7.144, de 2010. Comprova-se, assim, o pleno cumprimento da meta de superávit primário do Governo Federal no período em avaliação, ressaltando-se o disposto no parágrafo único do art. 2º da LDO-2010, que permite a compensação entre as metas estabelecidas para o Governo Central e para as Empresas Estatais Federais. Além disso, destaca-se que o resultado primário atingido pelo Governo Federal no primeiro quadrimestre de 2010 contribuiu com 62,3% do superávit global do setor público não-financeiro consolidado, que perfaz, no período, R\$ 36,6 bilhões.

31. Não obstante a possibilidade de compensação entre os resultados do Governo Central e das Empresas Estatais Federais, deve-se esclarecer que na fixação da meta de resultado primário das empresas estatais considera-se a programação de resultado de Itaipu Binacional em sua totalidade. No entanto, na apuração do resultado primário, recursos referentes à amortização de contratos dessa empresa com o Tesouro Nacional estão ingressando na conta única da União, sendo contabilizados, pelo critério "abaixo-da-linha", como resultado do Governo Central. Assim, para a avaliação do cumprimento das metas deste relatório, está sendo excluído do resultado primário do Governo Central o valor de R\$ 219,6 milhões, a título de "ajuste metodológico – Itaipu", e incluído como resultado das Empresas Estatais Federais, conforme apresentado na tabela 4.

32. Com esse ajuste, o resultado primário do Governo Central atingiu R\$ 25,2 bilhões. Por sua vez, as Empresas Estatais Federais apresentaram déficit de R\$ 2,4 bilhões. O efeito, todavia, é nulo no que se refere ao superávit primário do Governo Federal, na medida em que, em seu conjunto, o superávit primário atingido no ano permanece em R\$ 23,6 bilhões.

33. Uma vez que os objetivos do primeiro quadrimestre foram atingidos e que a revisão bimestral permitiu, conforme mencionado, a manutenção da meta estabelecida no exercício, não há, neste relatório, a indicação de medidas corretivas.

1º QUADRIMESTRE DE 2010
JUSTIFICATIVA DOS DESVIOS OBSERVADOS

34. Conforme apresentado na seção anterior, o superávit primário obtido pelo Governo Federal no primeiro quadrimestre de 2010 foi de R\$ 22,8 bilhões. Para este resultado, o Governo Central contribuiu com um superávit de R\$ 25,5 bilhões, enquanto as Empresas Estatais Federais totalizaram déficit de R\$ 2,7 bilhões.

35. O critério adotado para apresentação dos resultados realizados refere-se à metodologia "abaixo-da-linha" adotada pelo Banco Central, conforme definido na Mensagem Presidencial de encaminhamento do PLOA-2010, em atendimento ao art. 11, III, da LDO-2010. Os itens desagregados de receita e despesa são aqueles divulgados pelo Tesouro Nacional sob o critério "acima-da-linha". A compatibilização dos resultados é feita acrescentando-se uma linha de "discrepância estatística" decorrente da diferença entre os valores apurados pelas duas metodologias. Ademais, é explicitada a fonte de discrepância estatística com o resultado apurado pelo Banco Central, decorrente da amortização de dívida de Itaípu com o Tesouro. Para fins de compatibilização entre os resultados "acima" e "abaixo-da-linha", foi efetuado ajuste metodológico que deduz esse montante da discrepância atual apurada pelo Banco Central. Até abril de 2010, a "discrepância estatística" registrada para o Governo Central encontrava-se em R\$ 535,1 milhões.

36. Os principais aspectos do resultado primário obtido pelo Governo Central no primeiro quadrimestre de 2010, relativamente às estimativas que compuseram a meta indicada no Decreto nº 7.144, de 2010, são os seguintes: i) as receitas líquidas do Tesouro Nacional (incluindo as do Banco Central) foram superiores em R\$ 3,6 bilhões (desvio de 2,2%); ii) as despesas do Tesouro Nacional foram R\$ 6,9 bilhões abaixo do previsto (desvio de 5,1%); iii) o déficit da Previdência Social ficou inferior em R\$ 1,4 bilhão (desvio de 7,3%).

37. As receitas totais do Tesouro Nacional (líquidas de restituições e incentivos fiscais) atingiram R\$ 211,1 bilhões até abril, montante superior em R\$ 3,2 bilhões à estimativa para o período (desvio de 1,5%). As receitas administradas ficaram R\$ 2,9 bilhões abaixo da previsão (desvio de 1,6%), compensadas por uma arrecadação superior das não-administradas, de R\$ 5,7 bilhões, em relação à estimativa (desvio de 19,1%). Já as receitas referentes a contribuições ao FGTS, no âmbito da Lei Complementar nº 110, de 2001, foram superiores em R\$ 374,8 milhões, representando desvio de 72,4% em relação ao previsto para o primeiro quadrimestre.

38. Entre as receitas administradas, os principais tributos que explicaram o desvio verificado no primeiro quadrimestre foram: i) IR – Pessoa Jurídica, R\$ 2,3 bilhões inferior ao projetado (desvio de 6,6%); ii) CSLL, inferior em R\$ 637,2 milhões (desvio de 3,5%); iii) Outras Receitas, com arrecadação no montante de R\$ 521,0 milhões abaixo do previsto (desvio de 9,2%); e iv) Cofins, inferior em R\$ 280,3 milhões (desvio de 0,6%). Amenizou o impacto destes efeitos negativos a maior arrecadação com o Imposto de Importação (R\$ 263,7 milhões) e com a Cide-Combustíveis (R\$ 176,1 milhões), representando desvios em relação ao projetado de 4,6% e 7,5%, respectivamente.

39. No caso do IR - Pessoa Jurídica e da CSLL, o resultado no período foi influenciado principalmente pelo desempenho dos pagamentos do ajuste, que ficaram abaixo do esperado. Deve-se ressaltar que tais pagamentos refletem a queda na lucratividade das empresas no ano calendário de 2009, ano de forte crise econômica. Em relação à

Cide-Combustíveis, a principal razão do crescimento da arrecadação foi o aumento do volume comercializado, principalmente de gasolina, em relação às estimativas originais.

40. As receitas não-administradas atingiram o montante de R\$ 35,8 bilhões, superior em R\$ 5,7 bilhões ao estimado pelo Decreto nº 7.144, de 2010 (desvio de 19,1%), em função, principalmente, da reprogramação dos pagamentos de Dividendos, R\$ 3,3 bilhões acima do previsto (desvio de 119,8%), e da arrecadação, em abril, das Taxas de Fiscalização de Instalação e de Funcionamento, no valor de R\$ 2,2 bilhões, que não constava na previsão do Decreto.

41. As transferências a Estados e Municípios ficaram R\$ 428,1 milhões abaixo do projetado (desvio de 1,0%), sendo que os repasses constitucionais para o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o IPI-Exportação foram os principais determinantes deste resultado, com redução de R\$ 551,5 milhões em relação ao esperado (desvio de 1,7%). Contribuiu para o desvio a realização inferior ao previsto na arrecadação do IR, que registrou R\$ 1,7 bilhão a menos do que o esperado no Decreto nº 7.144, de 2010 (R\$ 70,8 bilhões). Em contrapartida, as demais transferências somaram R\$ 9,2 bilhões, superando em R\$ 123,4 milhões o previsto naquele Decreto (desvio de 1,4%), explicado, em parte, por maiores repasses em Compensações Financeiras e Cide-Combustíveis.

42. As despesas do Tesouro Nacional, incluindo as contas do Banco Central, atingiram o montante de R\$ 127,7 bilhões, montante abaixo do previsto no Decreto nº 7.144, de 2010, em R\$ 6,9 bilhões (desvio de 5,1%). Incluem-se, nesse total, as despesas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de R\$ 5,4 bilhões, passíveis de dedução da meta do resultado primário do Governo Central, conforme art. 3º da LDO-2010.

43. Os dispêndios com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 54,1 bilhões, inferior à previsão em R\$ 0,8 bilhão (desvio de 1,5%). As despesas com custeio e capital, por sua vez, alcançaram R\$ 73,6 bilhões, abaixo do estimado em R\$ 6,0 bilhões (desvio de 7,6%).

44. As despesas não-discrecionárias de custeio e capital alcançaram R\$ 25,2 bilhões, abaixo do estimado em R\$ 2,2 bilhões (desvio de 8,1%). Os principais fatores que contribuíram para esse desvio estão relacionados a despesas inferiores às projetadas com Sentenças Judiciais (R\$ 1,4 bilhão), Subsídios (R\$ 910,9 milhões), Doações (R\$ 751,0 milhões), Lei Complementar nº 87, de 1996, (R\$ 650,0 milhões) e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (R\$ 597,0 milhões). Em sentido oposto, a Medida Provisória nº 485, de 2010 disponibilizou R\$ 800,0 milhões para o Apoio Financeiro a Estados e Municípios, por meio do FPE, montante este que explica integralmente o desvio observado em relação ao valor previsto no Decreto, de R\$ 516,6 milhões.

45. Quanto às despesas discrecionárias de todos os Poderes, os dispêndios totalizaram R\$ 47,6 bilhões, abaixo do estimado em R\$ 4,2 bilhões (desvio de 8,1%). Incluem-se nesta rubrica as despesas relativas ao PAC, que totalizaram R\$ 5,4 bilhões no primeiro quadrimestre, número superior ao previsto no Decreto nº 7.144, de 2010, em R\$ 183,3 milhões (desvio de 3,5%).

TABELA 5 - COMPARATIVO META VERSUS REALIZADO 2010
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB/MF, EXCLUSIVE CONTRIBUIÇÃO RGPS
Decreto de Programação Financeira 7.144, de 2010

RECEITAS ADMINISTRADAS RFB/MF	Metas Jan-Abr [A]	Realizado Jan-Abr [B]	R\$ milhões Desvio	
			[B]-[A]	[B]/[A] %
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	5.784	6.048	264	4,6%
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	11	10	0	-2,6%
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	10.695	10.758	63	0,6%
I.P.I. - FUMO	1.245	1.274	29	2,3%
I.P.I. - BEBIDAS	896	814	-82	-9,1%
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	1.397	1.278	-119	-8,6%
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	2.917	3.139	222	7,6%
I.P.I. - OUTROS	4.240	4.253	12	0,3%
IMPOSTO SOBRE A RENDA	70.889	69.142	-1.747	-2,5%
I.R. - PESSOA FÍSICA	5.778	6.012	233	4,0%
I.R. - PESSOA JURÍDICA	34.225	31.956	-2.269	-6,6%
I.R. - RETIDO NA FONTE	30.886	31.174	288	0,9%
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	19.525	19.483	-42	-0,2%
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	6.147	6.374	226	3,7%
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	3.109	3.211	102	3,3%
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	2.104	2.106	2	0,1%
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	7.958	7.889	-69	-0,9%
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	33	25	-8	-23,7%
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	(36)	(55)	-19	51,7%
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	44.045	43.765	-280	-0,6%
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	11.606	11.463	-142	-1,2%
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	18.315	17.678	-637	-3,5%
CIDE - COMBUSTÍVEIS	2.347	2.523	176	7,5%
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAP	97	116	20	20,4%
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	5.673	5.152	-521	-9,2%
RECEITAS DE LOTERIAS	901	1.038	137	15,2%
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	363	412	49	13,4%
DEMAIS	4.409	3.703	-706	-16,0%
TOTAL	177.417	174.515	-2.902	-1,6%

Fonte: RFB/MF. Elaboração: STN/MF.

Obs.: Receitas líquidas de restituições. Não são deduzidos os incentivos fiscais.

46. No que concerne aos resultados do RGPS, verificou-se um déficit de R\$ 17,2 bilhões, número que ficou 7,3% abaixo do previsto no Decreto nº 7.144, de 2010, explicado principalmente pelo desvio na arrecadação previdenciária. A receita líquida ficou R\$ 1,4 bilhão acima dos R\$ 60,0 bilhões previstos no citado Decreto (desvio de 2,4%), enquanto os pagamentos de benefícios previdenciários foram marginalmente superiores ao esperado, em R\$ 93,5 milhões (desvio de 0,1%). Esse aumento da receita

pode ser atribuído, em parte, ao crescimento da massa salarial, que registrou 10,51% no primeiro quadrimestre, ante estimativa de 8,76%.


47. Relativamente ao resultado primário das Empresas Estatais Federais, o déficit no 1º quadrimestre de 2010, considerando os ajustes referentes às amortizações de dívidas efetuadas por Itaipu Binacional junto ao Tesouro Nacional no valor de R\$ 219,6 milhões, atingiu o montante de R\$ 2,4 bilhões, inferior, portanto, à meta programada de R\$ 1,0 bilhão. Esse desempenho refletiu, em parte, o pagamento de obrigações contraídas no exercício anterior por empresas do Grupo Eletrobrás em montante superior ao previsto inicialmente e, ainda, o pagamento pela *holding* de dividendos retidos em exercícios anteriores não previstos na programação de 2010.


48. A empresa Itaipu Binacional, embora, em razão da sua natureza jurídica, não se sujeite aos sistemas de controle brasileiros, tem seus dados estimados e considerados na meta consolidada das estatais, devido à corresponsabilidade da União na liquidação de suas dívidas. O resultado primário no período foi afetado pela evolução do câmbio, pois tanto suas receitas quanto a maioria de suas despesas são indexadas pela moeda norte-americana.

49. O grupamento das "demais empresas" também contribuiu para o não cumprimento do superávit previsto no Decreto nº 7.144, de 2010, para o primeiro quadrimestre do ano corrente.

50. Em vista do exposto, fica aqui demonstrado, para o 1º quadrimestre de 2010, o pleno cumprimento da meta de resultado primário do Governo Federal estabelecida no Decreto nº 7.144, de 2010.

Respeitosamente,


Arno Hugo Augustin Filho
Secretário do Tesouro Nacional
Ministério da Fazenda


George Alberto de Aguiar Soares
Secretário-Adjunto de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão

1º QUADRIMESTRE DE 2010
ANEXO 1 – LEI Nº 12.017, de 2009, ART. 129, § 1º, INCISO I

(parâmetros constantes do inciso XXV do Anexo III, desta Lei, esperados e efetivamente observados, para o quadrimestre e para o ano)

TESOURARIA NACIONAL
EVOLUÇÃO DOS PARÂMETROS MACROECONÔMICOS

Período	Máximo Salarial	Inflação - IGPDI		Inflação - IPCA		Inflação - INPC		Câmbio fim período		Câmbio médio		PIB 12	
		Var. Média	Acum.	Var. Média	Acum.	Var. Média	Acum.	Var. Média	Acum.	R\$US\$	R\$US\$	Variação Real	Desenho
PLDO 2010 - Parlamento de 12.03.2009	9,19%	4,25%	4,52%	4,45%	4,50%	4,34%	4,50%	2,25	2,25	2,25	3.377.232	4,50%	4,50%
1º Quadrimestre 2010 estimado	6,45%	4,38%	1,43%	8,43%	1,71%	4,23%	1,73%	2,33	2,33	2,33	3.567.790	4,50%	4,54%
PLCA 2010 - Parlamento de 12.08.2009	10,43%	4,62%	4,50%	4,40%	4,33%	4,24%	4,33%	3,64	3,64	2,01	3.326.526	4,51%	4,46%
1º Quadrimestre 2010 estimado	10,33%	3,86%	1,62%	4,25%	1,63%	4,07%	1,67%	2,00	2,00	1,99	3.043.830	4,51%	3,56%
LOA 2010 - Dec 7.084.2010 - Parlamento 12.11.2009	10,41%	3,49%	4,52%	4,40%	4,45%	4,34%	4,40%	1,75	1,72	1,72	3.329.466	4,50%	4,19%
1º Quadrimestre 2010 estimado	10,05%	1,02%	1,62%	4,13%	1,67%	4,04%	1,63%	1,72	1,71	1,71	3.083.095	4,50%	3,35%
Dec 7.144.2009 - Parlamento 15.03.2010	11,84%	3,21%	3,91%	4,02%	4,00%	4,60%	5,00%	5,83	5,83	1,82	3.481.691	5,16%	4,43%
1º Quadrimestre 2010 estimado	9,76%	5,05%	2,65%	4,51%	2,23%	4,63%	2,30%	5,81	5,81	1,51	3.088.941	5,16%	3,87%
Revisão 2º Bimestre - Parlamento 11.06.2010	12,60%	4,99%	3,14%	5,21%	5,30%	5,28%	5,71%	5,81	5,81	1,79	3.456.800	5,50%	5,16%
1º Quadrimestre 2010 estimado	8,76%	1,05%	2,02%	4,61%	2,43%	4,65%	2,30%	1,61	1,61	1,51	3.088.941	5,39%	3,87%
1º Quadrimestre 2010 realizado	10,81%	1,36%	3,40%	4,95%	2,65%	4,95%	3,00%	1,73	1,73	1,50	nd	nd	nd

Período	Valor US\$ das Importações em comércio		Período BRET US\$ (bil.)		Período BRET Financiaras / A		Var. Global (milhões mil.)		Var. Direta (milhões mil.)		SELIC MÉDIA		SELIC REAL TJAP MÉDIA	
	Var. Acum.	Var. Média	Var. Média	Var. Média	Var. Média	Var. Média	Var. Média	Var. Média	Var. Média	Var. Média	a.a.	a.a.	a.a.	a.a.
PLDO 2010 - Parlamento de 12.03.2009	16,03%	56,06	18,80%	14,61%	14,61%	14,61%	0,00%	0,00%	0,00%	10,21%	10,21%	8,48%	8,23%	8,23%
1º Quadrimestre 2010 estimado	20,82%	54,01	26,11%	14,44%	14,44%	14,44%	0,00%	0,00%	0,00%	10,26%	10,26%	4,70%	8,25%	8,25%
PLCA 2010 - Parlamento de 12.08.2009	14,62%	77,98	31,63%	17,73%	17,73%	17,73%	1,92%	1,92%	3,14%	8,21%	8,21%	4,20%	6,03%	6,03%
1º Quadrimestre 2010 estimado	7,38%	75,18	68,17%	16,38%	16,38%	16,38%	2,14%	2,14%	4,53%	8,25%	8,25%	3,91%	6,03%	6,03%
LOA 2010 - Dec 7.084.2010 - Parlamento 12.11.2009	26,02%	78,30	30,38%	18,68%	18,68%	18,68%	2,33%	2,33%	2,86%	9,19%	9,19%	4,53%	6,03%	6,03%
1º Quadrimestre 2010 estimado	22,64%	75,62	68,17%	18,75%	18,75%	18,75%	2,09%	2,09%	5,04%	8,75%	8,75%	3,75%	6,03%	6,03%
Dec 7.144.2010 - Parlamento 15.03.2010	20,36%	77,10	27,30%	18,60%	18,60%	18,60%	4,99%	4,99%	9,72%	8,70%	8,70%	3,55%	6,03%	6,03%
1º Quadrimestre 2010 estimado	26,33%	75,26	68,17%	16,75%	16,75%	16,75%	5,83%	5,83%	12,10%	8,70%	8,70%	1,74%	6,03%	6,03%
Revisão 2º Bimestre - Parlamento 11.06.2010	28,67%	80,17	32,44%	18,01%	18,01%	18,01%	6,94%	6,94%	9,85%	9,49%	9,49%	3,50%	6,03%	6,03%
1º Quadrimestre 2010 estimado	26,33%	75,26	68,17%	16,75%	16,75%	16,75%	5,83%	5,83%	12,10%	8,70%	8,70%	1,74%	6,03%	6,03%
1º Quadrimestre 2010 realizado	21,59%	73,47	70,63%	18,60%	18,60%	18,60%	24,15%	24,15%	12,73%	8,67%	8,67%	0,48%	6,03%	6,03%

Fonte: SPICAT
1 - Observatório de Economia
2 - Os dados do 1º trimestre 2010 foram divulgados dia 04 de junho de 2010 pelo IBGE.
3 - O Dec 7.084.2010 substitui os demais parâmetros da LOA.
4 - Os dados referentes ao período de janeiro a março de 2010.

Assinatura

1º QUADRIMESTRE DE 2010

ANEXO 2 – LEI Nº 12.017, de 2009, ART. 129, § 1º, INCISO II

(o estoque e o serviço da dívida pública federal, comparando a observada ao final de cada quadrimestre com a do início do exercício e a do final do quadrimestre anterior)

A Dívida Pública Federal (DPF) de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado passou de R\$ 1.509,9 bilhões, em dezembro, para R\$ 1.602,7 bilhões, em abril, correspondendo a um acréscimo, em termos nominais, de R\$ 92,8 bilhões. Essa variação ocorreu em virtude da emissão líquida de R\$ 37,0 bilhões e da apropriação de juros nominais no valor de R\$ 55,8 bilhões ocorrida no período.

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL (DPF) DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL - EM MERCADO Fatores de Variação - 1º Quadrimestre - 2010

INDICADORES	R\$ milhões	% do estoque inicial
Estoque em 31/dez/09	1.509.894	
Estoque em 30/abr/10	1.602.729	
Variação Nominal	92.835	6,15%
I - Gestão da Dívida - TN (I.1 + I.2)	92.835	6,13%
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	37.035	2,44%
I.1.1 - Emissões	209.935	13,89%
- Emissões Oferta Pública (DPMFi) ¹	132.620	8,78%
- Emissões Diretas (DPMFi) ²	75.614	5,01%
- Trocas Líquidas (DPMFi) ³	258	
- Emissões (DPFe) ⁴	1.443	0,10%
I.1.2 - Resgates	(172.900)	-11,45%
- Pagamentos Correntes (DPMFi) ⁵	(164.400)	-10,89%
- Pagamentos Correntes (DPFe) ⁶	(6.739)	-0,45%
- Resgates Antecipados (DPFe) ⁷	(1.761)	-0,12%
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	55.800	3,70%
- Juros Nominais Apropriados da DPMFi ⁸	53.370	3,53%
- Juros Nominais Apropriados da DPFe ⁹	2.430	0,16%

¹ Emissões de títulos da DPMFi que ocorrem principalmente por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto, excluindo títulos da Dívida Securitizada e TDA. Não incluem as operações de troca/permuta de títulos. Os valores referentes aos cancelamentos ocorridos no quadrimestre já estão expurgados desse valor.

² Referem-se às emissões para fins específicos autorizados em lei e às emissões sem contrapartida financeira, para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA), Proex, FIES e FCVS.

³ Diferença entre as emissões (preço de mercado) realizadas por troca e os títulos aceitos (preço da curva-estoque)

⁴ Referem-se às emissões dos bônus no mercado externo e aos ingressos de recursos relativos aos contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito.

⁵ Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

⁶ Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.

⁷ Incluem cancelamentos de títulos e pagamentos antecipados por meio do Programa de Recompra da DPFe.

⁸ Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.

⁹ Demonstra o efeito da apreciação/depreciação das moedas que compõem a DPFe em relação à moeda nacional, associado à apropriação de juros no período.

Observações:

i - A DPF em mercado compreende as dívidas contratual e mobiliária, interna e externa, de responsabilidade do Tesouro Nacional em poder do público.

ii - O estoque da DPMFi é apurado pelo critério de competência, considerando a atualização monetária do principal da dívida e a apropriação mensal de juros, deságios e acréscimos em relação ao indexador dos títulos.

iii - O estoque da DPFe é apurado, segundo padrão internacional, com base no estoque (principal + juros apropriados por competência) na moeda de origem, convertido para o dólar e, em seguida, para o real.

De janeiro a abril de 2010, as emissões da DPMFi somaram R\$ 208,5 bilhões, considerando as efetuadas para permuta de títulos via leilão, ofertas públicas, emissões diretas líquidas e operações do Programa Tesouro Direto. Os resgates, por sua vez,

alcançaram R\$ 164,4 bilhões, gerando uma emissão líquida de R\$ 44,1 bilhões no período.

Em linha com as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2010, as emissões realizadas por meio de oferta pública no mercado doméstico envolveram os seguintes papéis: i) R\$ 35,3 bilhões de LFT (Selic), com vencimentos entre março de 2012 e setembro de 2016; ii) R\$ 49,5 bilhões de LTN (prefixados), com vencimentos entre abril de 2010 e janeiro de 2013; iii) R\$ 26,2 bilhões de NTN-B (Índice de preços), com vencimentos entre agosto de 2012 e agosto de 2050 e iv) R\$ 21,6 bilhões de NTN-F (prefixados com juros semestrais) com vencimentos entre janeiro de 2014 e janeiro de 2021.

As emissões diretas líquidas de títulos da DPMFi totalizaram R\$ 75,6 bilhões e foram realizadas para fazer face a programas de governo, tais como: Reforma Agrária (TDA), Financiamento às Exportações - PROEX (NTN-I), Financiamento Estudantil - FIES (CFT-E), além da securitização para novação de dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS); concessões de crédito para o BNDES (Lei 11.948, de 16/06/09) e permuta por outros títulos.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA (DPMFi) - EM MERCADO
Fatores de Variação - 1º Quadrimestre - 2010

INDICADORES	R\$ milhões	% do estoque inicial
Estoque em 31/dez/09	1.410.919	
Estoque em 30/abr/10	1.508.382	
Variação Nominal	97.463	6,91%
I - Gestão da Dívida - Tesouro Nacional (I.1 + I.2 + I.3)	97.463	30,35%
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	(31.522)	20,99%
- Emissões Oferta Pública ¹	132.620	9,40%
- Pagamentos ²	(164.400)	11,59%
- Trocas Líquidas ³	258	
I.2 - Emissão por Colocação Direta	75.614	5,57%
- Programas de Governo ⁴	415	0,03%
- Outras emissões ⁵	78.216	5,54%
- Cancelamentos ⁶	(3.017)	0,18%
I.3 - Juros Nominais (apropriação por competência) ⁷	53.370	3,78%

¹ Emissões de títulos da DPMFi que ocorrem principalmente por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto, excluindo títulos da Dívida Securitizada e TDA. Não incluem as operações de troca/permuta de títulos, nem os cancelamentos ocorridos no quadrimestre.

² Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

³ Diferença entre as emissões (preço de mercado) realizadas por troca e os títulos aceitos (preço da curva-estoque)

⁴ Referem-se às emissões sem contrapartida financeira, para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA), Proex, FIES e FCVS.

⁵ Emissões para fins específicos autorizados em Lei (e.g. permuta de títulos da DPMFi com bancos). Incluem os valores ref. concessões de crédito para o BNDES, cfe Lei 11.605, de 06/11/08.

⁶ Contempla os cancelamentos de títulos, exceto os recebidos em leilões de troca.

⁷ Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.

Observações:

I- O estoque da DPMFi é apurado pelo critério de competência, considerando a atualização monetária do principal da dívida e a apropriação mensal de juros, deságios e acréscimos em relação ao indexador dos títulos.

Com relação à Dívida Pública Federal externa (DPFe), seu saldo encerrou o mês de abril em R\$ 94,3 bilhões, o que representa redução de 4,7% em relação ao mês de dezembro de 2009, cujo montante era de R\$ 99,0 bilhões. Esse resultado pode ser explicado pelo resgate líquido de R\$ 7,1 bilhões e pela apreciação da moeda nacional em relação à cesta de moedas que compõem a DPFe.

Considerando-se os pagamentos correntes e os resgates antecipados, o serviço da DPFe somou, de janeiro a abril de 2010, R\$ 8,5 bilhões, sendo R\$ 4,3 bilhões referente ao pagamento de principal e R\$ 4,2 bilhões, ao pagamento de juros.

Seguindo as diretrizes do Plano Anual de Financiamento 2010 – PAF 2010, o Tesouro Nacional realizou, no mês de abril, a emissão do seu novo benchmark de 10 anos – o bônus Global 2021. O volume emitido foi de US\$ 787,5 milhões, sendo US\$ 750,0 milhões nos mercados europeu e norte-americano e US\$ 37,5 milhões no mercado asiático.

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe) - EM MERCADO
Fatores de Variação - 1º Quadrimestre - 2010

INDICADORES	R\$ milhões	% do estoque inicial
Estoque em 31/dez/09	98.974	
Estoque em 30/abr/10	94.346	
Variação Nominal	(4.628)	-4,68%
I - Gestão da Dívida - TN (I.1 + I.2)	(4.628)	-4,68%
I.1 - Emissão/Resgate Líquido ¹	(7.057)	-7,13%
- Emissões ²	1.443	1,46%
- Pagamentos Correntes ³	(6.739)	-6,81%
- Resgates Antecipados ⁴	(1.761)	-1,78%
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	2.430	2,45%
- Juros Acruados ⁵	4.055	4,10%
- Variação Cambial ⁶	(1.625)	-1,64%

¹ Corresponde ao valor total das emissões deduzidas dos pagamentos correntes e dos resgates antecipados da DPFe no quadrimestre.

² Referem-se às emissões dos bônus no mercado externo e aos ingressos de recursos relativos aos contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito.

³ Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.

⁴ Incluem cancelamentos de títulos e pagamentos antecipados por meio do Programa de Recompra da DPFe.

⁵ Saldo dos juros apropriados por competência no quadrimestre.

⁶ Demonstra a valorização/desvalorização das moedas que compõem a DPFe em relação à moeda nacional.

1º QUADRIMESTRE DE 2010

ANEXO 3 – LEI Nº 12.017, de 2009, ART. 129, § 1º, INCISO III

(o resultado primário obtido até o quadrimestre, discriminando, em milhões de reais, receitas e despesas, obrigatórias e discricionárias, no mesmo formato da previsão atualizada para todo o exercício)



TESOURO NACIONAL

INDICADORES	R\$ milhões
Realizado Jan-Abr/10	
1. RECEITA TOTAL	211.135
1.1 Receita Administrada pela RFBMF (2)	174.420
1.1.1 Imposto de Importação	8.048
1.1.2 IPI	10.758
1.1.3 Imposto sobre a Renda	85.142
1.1.4 IDP	7.869
1.1.5 Cofins	43.765
1.1.6 PIS/Pasep	11.483
1.1.7 CSLL	17.678
1.1.8 EDPM	-85
1.1.9 CIDE - Combustíveis	2.523
1.1.10 Outras Administradas pela RFBMF	6.209
1.2 Receitas Não-Administradas RFBMF	36.715
1.2.1 Contribuições	275
1.2.2 Dividendos	7.215
1.2.3 Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	2.474
1.2.4 Gota-Parte de Compensações Financeiras	10.393
1.2.5 Receita Própria (fontes 55 e 51)	4.102
1.2.6 Salário-Educação	3.903
1.2.7 FGTS	803
1.2.8 Operações com Ativos	8
1.2.9 Demais Receitas	7.480
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	41.478
2.1 FPE/FPM/FPEE	32.285
2.2 Fundos Regionais	583
2.2.1 Repasse Total	2.123
2.2.2 Superávit Fundos	1.132
2.3 Salário-Educação	2.304
2.4 Compensações Financeiras	4.854
2.5 CIDE - Combustíveis	808
2.6 Demais	114
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	159.657
4. DESPESAS	127.731
4.1 Despesas Obrigatórias, exceto RGPS	80.175
4.1.1 Pessoal e encargos Sociais	54.126
4.1.2 Aposent. e Seguro-Desemprego	7.104
4.1.3 LOAS	6.590
4.1.4 Renda Mensal Vitalícia	641
4.1.5 Sentenças Judiciais	1.287
4.1.6 Compensação aos Estados Exportadores	850
4.1.7 Fundo Constitucional do DF	154
4.1.8 FUNDEF/UNDEC - Complementação	1.764
4.1.9 Subvenções Econômicas e Subsídios / Prêmio	2.456
4.1.10 Crédito Excepcional	2.261
4.1.11 Doações, Convênios e Amortiz.	153
4.1.12 Faturação de Cédulas e Moedas	204
4.1.13 FGTS	833
4.1.14 Transferências ATIA e Fundos FDA/FONE	364
4.1.15 FPM - Apoio Financeiro aos Municípios	5.317
4.2 Despesas Discricionárias - Totais os Pretores	47.556
5. RESULTADO DO TESOURO (3-4)	41.926
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (5-14.2)	-17.828
6.1 Aposentação Líquida INSS	61.438
6.2 Benefícios da Previdência	79.266
7. Ajuste Metodológico - Balanço (3)	220
8. Diferença Estatística (4)	535
9. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (5+6+7+8) (5)	25.453
10. AÇÕES SELEC. NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI Nº 12.017/2009 (PAQ) (6)	3.379
11. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL	25.453
12. RESULTADO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (5)	2.657
13. RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (11+12) (7)	28.110
(7) Memo:	
Resultado primário do Governo Federal	-22.705
- Governo Central (menos "ajuste metodológico - Injpu")	25.233
- Estatais Federais (menos "ajuste metodológico - Injpu")	-2.478

Elaboração: STN/MP

(1) Realizado fontes: STN/MP e Banco Central.

(2) Receita Administrada líquida de restituições e abatimentos fiscais.

(3) Previsões referendadas à consolidação de contas do Tesouro Nacional.

(4) Diferença entre o primário apurado pelo Banco Central e o primário apurado pela STN (excluído Injpu).

(5) Realizado fonte: Banco Central.

(6) Redação alterada pela Lei nº 12.152, de 20 de dezembro de 2009.

(7) O Tesouro inclui resultado do Banco Central e operações de FGTS previstas na Lei Complementar 119/2005.

1º QUADRIMESTRE DE 2010

ANEXO 4 – ACÓRDÃO TCU Nº 747, de 2010

(demonstração do cumprimento do art. 14 da LRF, especificando as medidas de compensação implementadas no quadrimestre analisado)

Os efeitos financeiros decorrentes da redução da alíquota da CIDE implementada por meio do **Decreto nº 7.095, de 04 de fevereiro de 2010**, foram compensados pelos ajustes na programação orçamentária e financeira do Tesouro Nacional descritos no relatório de avaliação do primeiro bimestre de 2010, de março deste ano. Tal relatório recomendou a redução dos limites de movimentação e empenho e de pagamento em relação à LOA-2010 no montante de R\$ 21,8 bilhões. Esta limitação foi implementada no âmbito do Poder Executivo por meio do Decreto nº 7.144, de 2010.

Relativamente à redução da alíquota do IPI implementada por meio do **Decreto nº 7.145, de 30 de março de 2010**, destaca-se que o disposto nos incisos I e II do art. 14 da LRF não é aplicado neste caso, conforme comando do § 3º do referido artigo. Não obstante, os ajustes na programação orçamentária e financeira do Tesouro Nacional já mencionados também contemplam esta alteração na arrecadação do IPI.

Os efeitos financeiros decorrentes das **Leis nº 12.113, de 20 de janeiro de 2010, e nº 12.218, de 30 de março de 2010**, serão considerados nas estimativas de receitas das respectivas leis orçamentárias conforme disposto no inciso I do art. 14 da LRF.



Receita Federal

Desonerações Instituídas em 2010

Data	Legislação	Tributo	Descrição	Prazo	R\$ milhões		
					Estimativa	2010	2011
20/1/2010	Lei nº 12.213	IRPJ, IRPF	Dedução do IR Devido das doações ao Fundo do Idoso; Limites - PF = 6% IRD (coletivo) e PJ = 1% IRD (juntado com o FCA). (validade para 2011)	Indeterminado	-	71	78
4/2/2010	Decreto nº 7.095	CIDE	Redução da alíquota específica da cide sobre gasolina e suas correntes (de R\$ 230 para R\$ 150 por metro cúbico)	30/4/2010	354	-	-
30/3/2010	Decreto nº 7.145	IPI	Redução à 5% das alíquotas praticadas para o setor moveleiro.	Indeterminado	279	-	-
TOTAL GERAL					633	71	78
30/3/2010	Lei nº 12.218	IPI	Promulgação do Crédito Presumido de IPI para as montadoras de veículos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	de 01/01/2011 a 31/12/2015	-	1.309	1.325

Fonte: RFB

Assinatura